

## Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

### ATA N.º 6/2015

#### DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA SETE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE

---Ao sétimo dia do mês de maio de dois mil e quinze pelas quinze horas, no Edifício dos Emblemas, em Castelo Branco, nos termos da convocatória de vinte e sete de abril de dois mil e quinze, procedeu-se à reunião número seis da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.-----

---Presidiu à reunião o Presidente da Assembleia Intermunicipal, Valter Victorino Lemos, conjuntamente com o Vice-Presidente, João Manuel Rijo Dionísio, e secretariado por Pedro Miguel Mateus Custódio, tendo a reunião a seguinte ordem de trabalhos: .....

- A. Período antes da ordem do dia; .....
- B. Período da ordem do dia: .....
- 1. Leitura e votação da ata da reunião n.º 4, de 22 de dezembro de 2014;-----
- 2. Leitura e votação da ata da reunião n.º 5, de 29 de dezembro de 2014;-----
- 3. Informação sobre a Atividade da Comunidade Intermunicipal, no período de 18 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2015;-----
- 4. Discussão e votação de Parecer prévio genérico plurianual; -----
- 5. Ratificação dos pareceres prévios plurianuais de 1 de janeiro a 3 de março de 2015;-----
- 6. Discussão e votação da alteração n.º 1 ao Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa;-----
- 7. Discussão e votação da prestação de contas 2014; -----
- 8. Transferência da Universalidade da Assembleia Distrital – ratificar; -----
- 9. Deliberação sobre o pagamento do subsídio de deslocação aos membros da assembleia Intermunicipal. -----

-----  
Compareceram à reunião os senhores deputados eleitos pelas respetivas Assembleias Municipais: ...  
Pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, .....

- ..... Valter Victorino Lemos, .....
- ..... Joaquim Leonardo Martins, .....
- ..... Álvaro Manuel Reis Batista, .....



.....João Miguel Correia Dias Pereira,.....

..... Paula Cristina Pires Rolo Carreiro, .....

..... Leopoldo Martins Rodrigues,.....

Pela Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, .....

.....João Manuel Rijo Dionísio,.....

..... António Sousa Lisboa,.....

Pela Assembleia Municipal de Oleiros,.....

..... Pedro Miguel Mateus Custódio, .....

..... Rui Miguel Luís Silva,.....

Pela Assembleia Municipal de Penamacor,.....

..... Anselmo Manuel Esteves da Cunha,.....

..... Manuel Crucho Esteves Robalo, .....

Pela Assembleia Municipal de / Pelo Município de Proença-a-Nova,.....

..... Victor Manuel Lopes Bairrada, .....

..... José António Tavares Branco.....

Pela Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão,.....

..... António Tavares Pinto Carmona Mendes,.....

..... Miguel António Martins Fradique. ....

---Estiveram presentes todos os deputados da Assembleia Intermunicipal.....

---Pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, adiante designada de CIMBB, esteve presente, em substituição do Presidente que, por razões profissionais, não pôde estar, o Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, adiante designado de Secretário Executivo, Joaquim Morão, e o técnico superior da CIMBB, Pedro Dias.-----

**Período Antes da Ordem do Dia**-----

Abrindo a reunião, o Presidente da Assembleia Intermunicipal tomou a palavra sugerindo a criação de um grupo de trabalho para a elaboração do Regimento da Assembleia Intermunicipal, contando com o apoio da CIMBB na recolha de regulamentos de outras Comunidades Intermunicipais, propondo para esse grupo de trabalho os nomes dos Deputados Joaquim Leonardo Martins, Álvaro Manuel Reis Batista e António Tavares Pinto Carmona Mendes, tendo em atenção os partidos representados na assembleia, a proximidade da residência à sede da CIMBB, bem como a experiência profissional e autárquica. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---De seguida, o Presidente da mesa propôs a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos, sobre o pagamento do subsídio de deslocação aos membros da Assembleia Intermunicipal. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade a introdução do “Ponto 9 - Deliberação sobre o pagamento do subsídio de deslocação aos membros da Assembleia Intermunicipal”-----

---Ainda neste período de antes da ordem do dia, o Presidente da mesa informou sobre a necessidade de prestação de informações aos serviços da CIMBB, por parte dos Deputados que sejam funcionários públicos, para cumprimento das obrigações relativas à aplicação da redução remuneratória, sendo distribuída aos senhores deputados uma informação elaborada pela CIMBB sobre esta matéria, com base na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.-----

---Por último, inquiriu os presentes sobre alguma outra questão que desejassem levantar no período de antes da ordem do dia. Não havendo intervenções por parte dos deputados, ou dos representantes da CIMBB, o Presidente da Assembleia Intermunicipal deu início ao Período da Ordem do Dia.-----

#### **Período da Ordem do Dia**-----

#### **---Ponto 1 – Leitura e votação da ata da reunião n.º 04 de 22 de dezembro de 2014**-----

---O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou à consideração dos senhores deputados a discussão da ata da reunião n.º 4, de 22 de dezembro de 2014. Não havendo intervenções, foi posta a votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

#### **---Ponto 2 – Leitura e votação da ata da reunião n.º 05 de 29 de dezembro de 2014**-----

---O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou à consideração dos senhores deputados a discussão da ata da reunião n.º 5, de 29 de dezembro de 2014. Não havendo intervenções, foi posta a votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

#### **---Ponto 3 – Informação sobre a Atividade da Comunidade Intermunicipal, no período de 18 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2015**-----

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente o Relatório de Atividades apresentado pela CIMBB, o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal passou a palavra ao Secretário Executivo, Joaquim Morão, que na sua intervenção expôs em síntese a atividade da CIMBB no período em apreciação:-----

- a CIMBB está a desenvolver os trabalhos de encerramento das operações cofinanciadas por parte do Mais Centro / Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), o que compreende verificações físicas ao local, relatórios de conformidade e verificações de âmbito documental;-----

- a CIMBB está a preparar as “Iniciativas Territoriais Integradas” (ITI’s), ou seja, a adequação do programa “Portugal 2020” ao âmbito da CIMBB, referindo que o “Plano Estratégico e de Ação para a Região da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa no Período de 2014-2020” já foi aprovado, pelo que o próximo passo será aprovar o “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa”.-----

- a CIMBB está a encerrar o projeto “Beira Baixa - Terras de Excelência”, uma iniciativa cofinanciada pelo Mais Centro/QREN no âmbito do PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que teve como principal objetivo a promoção e valorização dos produtos regionais agroalimentares da sub-região da Beira Baixa.-----

--- Mais acrescentou, que em relação ao futuro, a atividade da CIMBB vai depender da vontade dos municípios, das atividades que os municípios entendam delegar e que serão definidas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, a apresentar para aprovação em futura reunião da Assembleia Intermunicipal.-----

---Após a exposição do Secretário Executivo, tomou a palavra o deputado Álvaro Manuel Reis Batista, que tendo por base a documentação entregue sobre este ponto, inquiriu a CIMBB sobre os procedimentos nas aquisições de serviços, o interesse em ações como o “Grande Prémio da Beira Baixa”, e a recetividade da participação no “Salão Gourmet em Madrid”.-----

---Em resposta o Secretário Executivo e o técnico presente, esclareceram a assembleia que nos procedimentos das aquisições de serviços, a CIMBB solicita sempre três propostas. Em relação ao “Grande Prémio da Beira Baixa – Terras de Excelência”, trata-se de um evento que entra no Plano de Comunicação da marca Beira Baixa, e a intenção é promover e consolidar a marca através de uma prova de ciclismo, nos dias 30 e 31 de Maio, expondo o programa da prova, que vai abranger a área geográfica de todos os concelhos da CIMBB. Relativamente ao “Salão Gourmet em Madrid”, tratou-se da representação da CIMBB numa feira de 13 a 16 de Abril, onde estiveram 10 produtores da região, uma ação no âmbito do projeto “Beira Baixa - Terras de Excelência”, e dada a falta de meios humanos da CIMBB para assegurar a qualidade necessária à organização deste evento, decidiu-se a adjudicação de serviços a uma entidade vocacionada para estas ações, a Associação InovCluster. -----

---Ainda no âmbito do projeto “Beira Baixa – Terras de Excelência”, o Secretário Executivo informou os senhores deputados que está em fase de finalização o documentário sobre o azeite da Beira Baixa.

---Na sua intervenção, o deputado João Miguel Correia Dias Pereira a este respeito cita o sucedido na Bolsa de Turismo de Lisboa, ocorrida entre 12 a 16 de março de 2014, onde uma técnica da Associação do Azeite da Beira Interior fez uma apresentação e prova de azeites. Salientando que o

nosso tecido empresarial é de micro e pequenas empresas, apresentou a proposta da CIMBB fazer um “Mercado de produtos da Beira Baixa” em Lisboa, por exemplo no Mercado da Ribeira, durante um fim de semana, com venda direta de produtos alimentares de referência da Beira Baixa, de empresas legalmente constituídas.-----

---Na sua intervenção, o deputado Joaquim Leonardo Martins cita o exemplo de venda de produtos biológicos junto ao Jardim Botânico de Coimbra. Em relação ao Salão Gourmet de Madrid, pelo que viu na comunicação social a receptividade da presença da CIMBB foi bem referenciada.-----

---Em resposta aos deputados João Miguel Correia Dias Pereira e Joaquim Leonardo Martins, o Secretário Executivo, lembrou o exemplo das “Praças do Pinhal”, na área geográfica da “Pinhal Maior”, um mercado de rua a ocorrer uma vez por mês numa sede de município, com venda direta de produtores da zona. Sublinhou que essa é uma situação corrente na Europa, citando o caso de Paris em França, e Placencia em Espanha, uma tradição que poderíamos implementar na área geográfica da CIMBB, e que constitui um escoamento direto dos produtos. Em resposta à proposta da Feira de produtos da Beira Baixa, sugeriu o Campo Pequeno, como alternativa ao Mercado da Ribeira. A terminar lembrou que no futuro QCA vai haver apoios financeiros dirigidos às empresas, para estas iniciativas.-----

---Não havendo mais intervenções sobre a atividade da CIMBB no período em análise, o Presidente da mesa deu por encerrado este ponto.-----

**---Ponto 4 – Discussão e votação de Parecer prévio genérico plurianual-----**

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente a Proposta n.º 007/2015/GS, de 8 de Abril de 2015, da CIMBB, sobre “Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos (LCPA), o presidente da mesa deu a palavra ao secretário executivo, para esclarecimento da assembleia.-----

---Na sua intervenção, o Secretário Executivo da CIMBB, Joaquim Morão informou que se solicita a autorização da assembleia intermunicipal para compromissos que constam das Grandes Opções do Plano, em despesas correntes da CIMBB cujos encargos não excedem o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, e com o prazo de execução de 3 anos. Em resposta à deputada Paula Cristina Pires Rolo Carreiro, informou que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Intermunicipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica em apreciação.-----

---Não havendo mais intervenções dos deputados, o presidente da mesa colocou a Proposta n.º 007/2015/GS, à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

**---Ponto 5 – Ratificação dos pareceres prévios plurianuais de 1 de janeiro a 30 de março de 2015----**

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente a Proposta n.º 008/2015/GS, de 8 de Abril de 2015, da CIMBB, sobre “Ratificação dos pareceres prévios plurianuais de 1 de janeiro a 30 de março de 2015”, o presidente da mesa deu a palavra ao secretário executivo, para esclarecimento da assembleia.-----

---Na sua intervenção, o Secretário Executivo, referiu os casos em que se solicita à assembleia intermunicipal a ratificação dos pareceres prévios plurianuais: Aquisição de serviços de comunicações fixas, à Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., pelo período de 12 meses, e pelo valor de 1.100,00 euros mais IVA; Aquisição de serviços de comunicações móveis, à Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., pelo período de 12 meses, e pelo valor de 1.500,00 euros mais IVA; Taxa de manutenção para 2015 do software ERP AIRC, à AIRC – Associação de Informática da Região Centro, pelo período de 12 meses, e pelo valor de 1.142,00 euros mais IVA.-

---Não havendo mais intervenções dos deputados, o presidente da mesa colocou a Proposta n.º 008/2015/GS, à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

**---Ponto 6 - Discussão e votação da alteração n.º 1 ao Regulamento Interno da CIM Beira Baixa-----**

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente o documento apresentado pela CIMBB, o presidente da mesa deu a palavra ao Secretário Executivo da CIMBB.-----

---Para a informação em detalhe sobre o “Regulamento Interno dos Serviços – Alteração n.º 1, março 2015”, o secretário executivo solicitou a intervenção de Pedro Dias.-----

---Na sua intervenção, Pedro Dias lembrou a assembleia que o Regulamento Interno dos Serviços da CIMBB foi aprovado na reunião da Assembleia Intermunicipal n.º 3, de 3 de junho de 2014, e foi publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 123, de 30 de junho de 2014, através do Despacho n.º 8483/2014, e que neste documento não constam as atribuições e competências da Estrutura de Apoio Técnico, que está a trabalhar especificamente na contratualização. Assim, para definir as competências desta estrutura, no art.º 11º, “Administração e Apoio Técnico”, foi introduzido o ponto 6, “Na área do apoio técnico à contratualização”, onde se definem as suas atribuições, esclarecendo a assembleia que esta alteração ao regulamento Interno não acrescenta despesa ao funcionamento da CIMBB.-----

---Após a exposição do Secretário Executivo e de Pedro Dias, não havendo qualquer intervenção dos deputados, o presidente da mesa colocou a votação o “Regulamento Interno dos Serviços – Alteração n.º 1, março 2015”, que foi aprovado por unanimidade.-----

**---Ponto 7 - Discussão e votação da prestação de contas 2014---**

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente o documento apresentado pela CIMBB, “Prestação de Contas 2014, abril 2015”, o presidente da mesa deu a palavra ao secretário executivo.

---Na sua intervenção, o Secretário Executivo da CIMBB, esclareceu com algum detalhe os valores da execução orçamental da CIMBB, justificando a aparente disparidade nos valores das despesas e reembolsos, com a necessidade de efetuar a reprogramação dos projetos, para então apresentar os pedidos de pagamento e poder fazer as transferências financeiras para os municípios.

---Neste ponto, interveio o deputado Álvaro Manuel Reis Batista solicitando esclarecimentos sobre alguns trabalhos referidos no documento apresentado pela CIMBB, como o Empreendedorismo em Rede na Beira Interior Sul, a Assistência Técnica, o Plano de Eficiência Elétrica nos Edifícios sob tutela Municipal, a Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual. Questionou também a execução de programas que, segundo as Grandes Opções do Plano, deveriam ter terminado em 2014.

---Em resposta, o Secretário executivo esclareceu que a Assistência Técnica 2014 e 2015, foram objeto de candidatura da CIMBB ao Programa Operacional Regional do Centro, para cofinanciamento da Estrutura de Apoio Técnico. No que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual, trata-se de uma aquisição que está praticamente na sua finalização, embora ainda não se tenha recebido o financiamento por parte do POVT (Programa Operacional Valorização do Território). Relativamente ao Plano de Eficiência Elétrica nos Edifícios sob tutela Municipal, temos um financiamento da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) para o estudo de 25 edifícios em cada município da CIMBB e sob tutela municipal, com vista à elaboração de um caderno de encargos que permita melhorar a respetiva eficiência elétrica. No que se refere ao aparente atraso na execução dos projetos previstos finalizar em 2014, esclareceu que se trata de ações praticamente executadas do ponto de vista físico, mas com a execução financeira atrasada.

---Não havendo mais intervenções dos deputados, o presidente da mesa colocou a Prestação de Contas 2014 à votação, sendo aprovada por unanimidade.

**---Ponto 8 - Transferência da Universalidade da Assembleia Distrital – ratificar---**

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, o presidente da mesa deu a palavra ao secretário executivo.

---Na sua intervenção, o Secretário Executivo, esclareceu a assembleia sobre o enquadramento jurídico e as diligências levadas a cabo até esta data, sobre as situações jurídicas patrimoniais ativas e passivas, materiais e imateriais de que as assembleias distritais são titulares, ou seja, o património

edificado da Assembleia Distrital de Castelo Branco, a Colónia de Férias de Média Altitude em Louriçal do Campo, em Castelo Branco, a Colónia de Férias da Areia Branca, na Lourinhã, e o correntemente designado de “Edifício dos Emblemas”, em Castelo Branco, bem como o património financeiro. Assim, de acordo com o artigo 3.º do Regime jurídico das assembleias distritais, a Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, e no prazo de 120 dias após a sua entrada em vigor, as assembleias distritais deveriam deliberar e comunicar ao membro do Governo responsável pela área da administração local a afetação das respetiva universalidade a uma das seguintes entidades recetoras: a) Uma entidade intermunicipal cujo âmbito territorial coincida total ou parcialmente com a área do distrito, b) Qualquer município do distrito; c) Uma associação de municípios de fins específicos composta por municípios do distrito”. Dado que a Assembleia Distrital de Castelo Branco não se pronunciou sobre a afetação em alguma das entidades recetoras, o Sr. Secretário de Estado da Administração Local inquiriu a pronúncia da CIMBB sobre este assunto, através da comunicação de 22 de janeiro de 2015. Em resposta, o Conselho Intermunicipal da CIMBB, em reunião no dia 5 de Fevereiro de 2015, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, deliberou comunicar, através de ofício 59/2015, de 5 de Fevereiro de 2015, ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local o seu interesse quanto à receção da universalidade do património da Assembleia Distrital de Castelo Branco.-----

---Após a exposição do Secretário Executivo da CIMBB, seguida de breves considerações de alguns deputados, o presidente da mesa colocou este ponto à votação, sendo aprovada por unanimidade a ratificação da transferência da universalidade da Assembleia Distrital para a CIMBB.-----

**Ponto 9 - Deliberação sobre o pagamento do subsídio de deslocação aos membros da Assembleia Intermunicipal**-----

---Para esclarecer os senhores deputados sobre este ponto, e tendo presente o Despacho do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, de 11 de março de 2014, o presidente da mesa deu a palavra ao Secretário Executivo da CIMBB -----

---Na sua intervenção, Joaquim Morão esclareceu que as propostas de solução interpretativa uniforme constantes do referido despacho, resultam de reuniões periódicas entre os gabinetes jurídicos das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) com a Direção Geral da Administração Local (DGAL).-----

---Assim, quanto à dúvida sobre se os membros da assembleia intermunicipal têm direito a subsídio de transporte, a solução interpretativa constante do Despacho do Secretário de Estado da Administração Local, de 11 de março de 2014, determina que “os membros da assembleia



.....ENCERRAMENTO.....

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal deu por encerrada a reunião, às dezasseis horas e trinta minutos. E para constar se lavrou e aprovou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia intermunicipal.

O Presidente da Assembleia intermunicipal



Valter Victorino Lemos

O Vice-Presidente da Assembleia intermunicipal



João Manuel Rijo Dionísio

O Secretário da Assembleia Intermunicipal



Pedro Miguel Mateus Custódio